

# Japoneses têm estudo reservado para explorar Carajás

AMUNDSEN LIMEIRA  
Do Reportagem Local

Que compromisso há entre o governo brasileiro e a Japan International Cooperation Agency (Agência de Cooperação Internacional do Japão, órgão do Ministério das Relações Exteriores do Japão, conhecido pela sigla Jica) envolvendo o Programa Grande Carajás?

A dúvida foi levantada por um empresário ligado ao setor mineral e surgiu após a leitura do "Plano de desenvolvimento regional do Programa Grande Carajás", um minucioso estudo de mais de mil páginas onde os japoneses propõem modelos de desenvolvimento integrado dos recursos naturais encontrados na região de Carajás. As áreas de abrangência são agricultura, pecuária, reforestamento e indústria madeireira, produção mineral e metalurgia.

"Os japoneses têm interesse em investir no mundo inteiro. Considero normal se esse estudo desembocar em propostas de financiamento e de investimentos", observa José Vicente Vaz de Lima, assessor técnico da Secretaria Executiva do Programa Grande Carajás (PGC).

O plano de desenvolvimento é um documento de circulação reservada e foi concluído em janeiro deste ano depois de quase três anos de elaboração. Sua realização é resultado de um acordo firmado a nível de governo durante a visita que o então presidente Ernesto Geisel fez ao Japão e não representou quaisquer ônus ao Brasil, garante Vaz de Lima. Segundo ele, o texto final será divulgado em agosto próximo, numa versão em português.

A análise dos recursos minerais inclui cerca de dezessete mapas extremamente detalhados apontando todas as ocorrências e anomalias geológicas do subsolo da região de Carajás a partir de imagens do satélite Landsat e outras produzidas pelo projeto Radam. Os modelos de implantação de fábricas de ferro-ligas, níquel, cobre e estanho são apontados com base na estrutura de custos de empreendimentos semelhantes em operação no País. "Os japoneses nunca abriram informações tão precisas como essas que eles obtiveram no Brasil", lembra o empresário, que, a exemplo de outros consultados pela Folha preferiram não se identificar. A maioria alegou desconhecer a totalidade das propostas da Jica mas demonstrou surpresa com a abrangência do documento.

O representante da Secretaria Executiva do PGC, no entanto, admite o caráter delicado da questão. "O

assunto é extremamente importante e diplomaticamente delicado", concorda, explicando que se o trabalho fosse executado por empresas nacionais de consultoria "custaria uma fortuna". Sobre as informações abertas aos japoneses (ao Japão interessa conhecer tudo sobre ferro-ligas, por exemplo, já que o Brasil se tornou sua principal fonte de suprimento) José Vicente Vaz de Lima garante que todas elas encontram-se à disposição de qualquer interessado nos escritórios do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), órgão do Ministério das Minas e Energia.

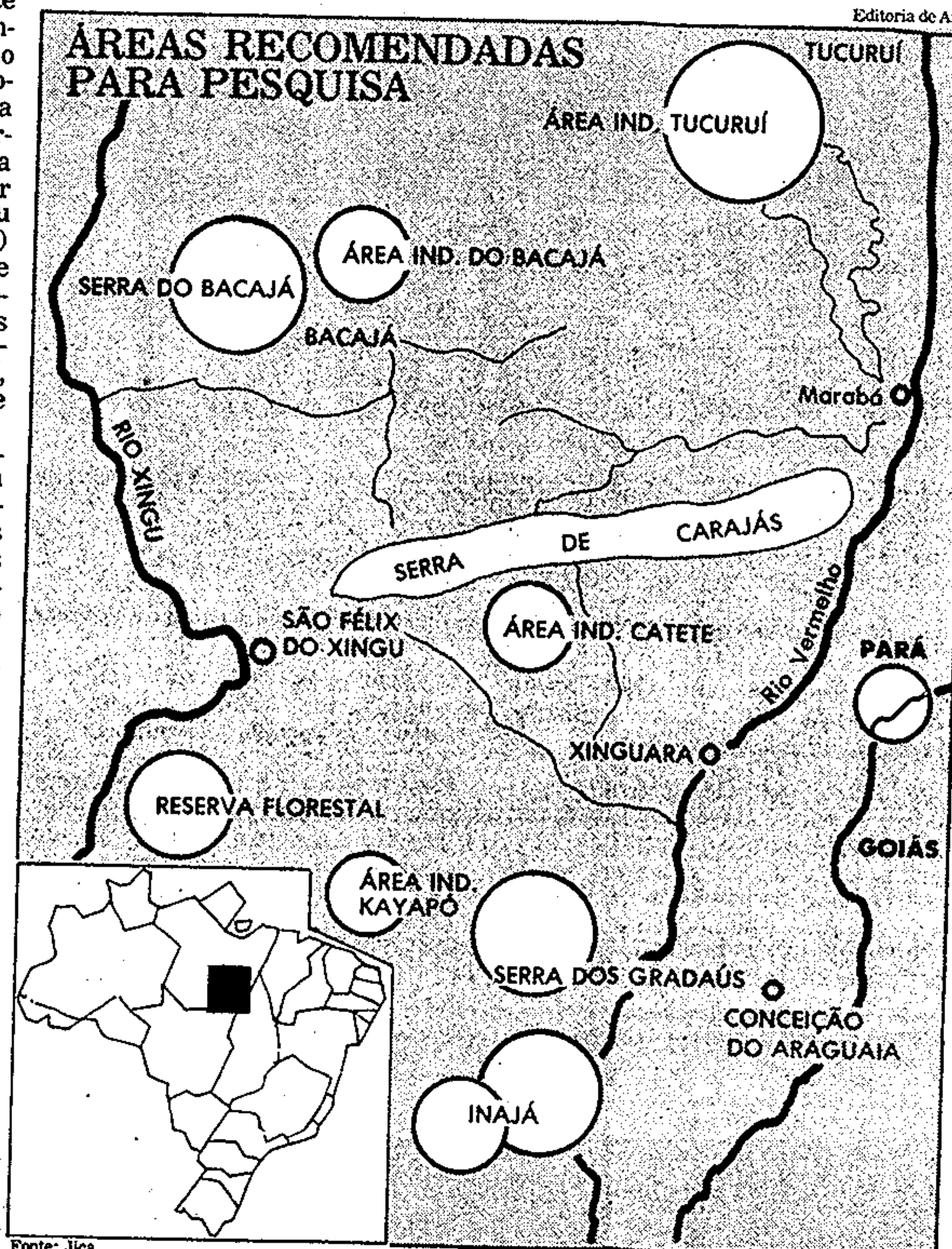
A minuta de um encontro promovido em maio último, em Brasília, para os acertos finais do plano de desenvolvimento diz que os representantes da Secretaria Executiva de Carajás se comprometeram a avaliar a possibilidade de estender a cooperação com a Jica a programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, incluindo "apoio a futuros projetos em áreas a ser definidas". Essa minuta foi assinada por José Octavio Knaak de Souza, secretário executivo em exercício do Conselho Interministerial do PGC, e Kanji Endo, "charmain" da Jica.

Carlos Oiti Berbet, diretor da divisão de geologia e mineralogia do DNPM, participou da reunião de maio. Ele também garante que o trabalho desenvolvido pelos japoneses obedeceu a critérios exclusivamente nacionais e que as sugestões nele contidas são apenas técnicas.

As linhas de ação sugeridas pela Jica, no entanto, se aprovadas pelo governo brasileiro poderão servir de filosofia para a aprovação de projetos na região de Carajás. Na área de metalurgia, é possível identificar que o modelo proposto para a fabricação de ferro-ligas, por exemplo, é muito semelhante a um projeto contido apresentado em 1983 pela Nippon Kokan KK (NKK) e Mitsubishi com vistas à produção de ferro-manganês utilizando o minério extraído atualmente da mina do Igarapé Azul pela Companhia Vale do Rio Doce, na Serra dos Carajás.

Para viabilizar o empreendimento, a NKK gostaria de receber o minério com descontos de 23% sobre o preço do produto; desconto de 30% na energia elétrica, além daqueles previstos pelas tarifas Epex (energia de exportação); isenção de ICM e IPI, além de outras vantagens.

Este, porém, é apenas um dos pontos de coincidências levantados a respeito do "Plano de Desenvolvimento regional do Programa Grande Carajás". A polêmica que poderá surgir diz respeito ao fato de



Fonte: Jica

a Jica ter acesso a dados técnicos de empresas nacionais, tornando-os vulneráveis diante do seu principal concorrente. Mesmo assim, o documento ao analisar o atual parque produtor brasileiro de ferro-liga faz afirmações que são contestadas pelo setor.

As unidades modelos da Jica são: um forno para ferro manganês algo carbono para a produção de 72.600 toneladas/ano, cujo investimento por KVA é de US\$ 1.710; e outro forno de 48.200 toneladas/ano de ferro sílico manganês, também por US\$ 1.710 o KVA. Há acordo apenas quanto ao processo, pois a crítica do setor está voltada para o tamanho dos fornos, o valor do investimento e o fato de se utilizar coque importado.

O tamanho dos fornos aumentaria o risco tecnológico diante do desenvolvimento do forno a plasma nos

últimos anos. Por outro lado, uma modulação em escala menor seria mais compatível com as condições previstas para o mercado internacional de ferro manganês nos próximos anos. Quanto aos investimentos por KVA, foram considerados elevados uma vez que um forno de 11.500 KVA construído com tecnologia e nas condições brasileiras pode chegar a um investimento da ordem de US\$ 630 por KVA. Os sugeridos pela Jica não são inferiores a US\$ 1.700 o KVA.

A preocupação e o espanto demonstrados por setores analisados no trabalho da Jica levaram o secretário-executivo em exercício do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, José Octávio Knaack, a assegurar que todos os estudos processados em colaboração com o órgão constituem apenas subsídios.

## Área do programa atinge 3 Estados

A área do Programa Grande Carajás (PGC) é de, aproximadamente, 900 mil quilômetros quadrados, correspondendo a 10% do território nacional. Abrange três Estados: o Pará (530 mil quilômetros quadrados), Maranhão (310 mil quilômetros quadrados); e Goiás (60 mil quilômetros quadrados).

As origens do PGC, lançado oficialmente pelo Decreto-Lei nº 85.378 de 24 de novembro de 1980, estão vinculadas à descoberta, em 1967, de depósitos de minério de ferro, cujas reservas são estimadas hoje em 18 bilhões de toneladas, na Serra dos Carajás.

Além do projeto Ferro-Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), inaugurado em fins de fevereiro último, projetos como os de alumínio da Alumar, no Maranhão, e

Albrás, no Pará, já se encontram em operação. Outros empreendimentos de colonização e de pecuária estão sendo implantados na região e estudam-se a construção de fornos de ferro-ligas, entre eles os da Companhia Paulista de Ferro-Ligas e do grupo Eletrometalur, de Minas Gerais. Há ainda projetos para refino de óleo de palmeira e produção de carvão vegetal.

O potencial mineral da região é composto por 18 bilhões de toneladas de minério de ferro; 1,2 bilhão de toneladas de cobre; 400 toneladas de ouro; 60 milhões de toneladas de manganês; 320 mil toneladas de tungstênio contido em minério de wolframita; 50 mil toneladas de estanho contido em minério; 45 milhões de toneladas de níquel; e 1,5 bilhão de toneladas de bauxita (minério de alumínio).

## Relatório da Jica levanta custos e prevê várias unidades na região

Na área metalúrgica, o "Plano de desenvolvimento regional do Programa Grande Carajás", proposto pela Japan International Corporation Agency (Jica), prevê a instalação de unidades de produção de cobre, ferro-manganês, níquel, estanho e ferro-níquel.

As localizações foram determinadas de acordo com a projeção de custos de implantação estimados pelos japoneses, tendo em vista a disponibilidade de incentivos fiscais, principalmente aqueles concedidos através do decreto-lei nº 1813, de 24 de novembro de 1980: isenção de imposto de renda sobre pessoa jurídica e do imposto de importação sobre certas matérias-primas e equipamentos, além de tarifas especiais de energia elétrica. Levou em consideração também toda a infraestrutura montada na região, como a estrada de ferro Carajás (890 km ligando a Serra dos Carajás ao porto Ponta da Madeira, em São Luís) e os cinco distritos industriais com sedes em Tucuruí; Marabá, a 985 km de Belém; Barcarena, distante 49 km de Belém via fluvial; Imperatriz, a 599 km de Belém; e São Luís, capital do Maranhão.

O documento propõe uma fábrica de cobre construída a partir de equipamentos da Mitsubishi para

produzir 100 mil toneladas/ano do metal. Em São Luís, o investimento necessário ficaria em US\$ 257 milhões, que aumentaria para US\$ 288 milhões se o empreendimento fosse transferido para Marabá. Em ambos os casos, o minério de cobre seria originário de Salobo, na Serra dos Carajás.

Em relação ao ferro-manganês, os japoneses sugerem uma fábrica de 72,6 mil toneladas anuais, aproveitando o minério extraído da mina de Igarapé Azul, também na Serra dos Carajás, cujas reservas medidas e indicadas são da ordem de 60 milhões de toneladas. O custo estimado é de US\$ 137 milhões em São Luís, e de US\$ 146 milhões em Barcarena.

A fábrica de ferro-níquel poderia produzir 12 mil toneladas/ano do metal, tendo como fonte de suprimento o minério de Vermelho, ao sul da Serra dos Carajás. Lá, a CVRD detectou reservas calculadas em 50 milhões de toneladas, aproximadamente. Em Marabá, o projeto custaria US\$ 185 milhões para uma produção de 48 mil toneladas/ano de ferro-níquel.

Também em São Luís, a Jica acredita ser possível a produção de estanho com investimento da ordem de US\$ 70 milhões, usando cassiterita do norte de São Félix do Xingu (PA).